

As FARC – uma guerrilha sem fins?*

Daniel Pécaut

O livro de Daniel Pécaut sobre as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) tem vários méritos importantes. Começando pelo mais abrangente, traz uma reflexão ideologicamente desapaixada, bem informada e esclarecedora sobre uma organização que atua de forma ininterrupta desde 1966 e que gera interpretações ao mesmo tempo diversas e polêmicas sobre seu poder, objetivos políticos, inserção na sociedade colombiana, interlocução com o crime organizado e vinculações internacionais, seja com forças políticas ou governos.

Os temas mencionados são tratados ao longo dos capítulos do livro, numa análise que avança até o final do segundo mandato de Álvaro Uribe, cuja presidência, para além das diferenças de posições próximas ou críticas, é considerada um marco na reversão de tendência no combate às FARC em condições favoráveis ao Estado colombiano.

Exemplos reveladores dessa situação são as exitosas operações que resultaram na morte do comandante Raúl Reyes em seu acampamento em território equatoriano e no resgate de Ingrid Betancourt e outros 14 reféns, respectivamente em março e julho de 2008.

Passando para os méritos mais específicos, começamos pela valorização feita pelo autor dos aspectos associados à história e à geografia do país como elementos estruturais que permitem entender o surgimento e a longevidade do fenômeno da guerrilha, que envolve não apenas as FARC, mas outras três organizações que tiveram importante atuação em diversos momentos das décadas recentes: ELN (Exército de Libertação Nacional), EPL (Exército Popular de Libertação), M19 (Movimento 19 de abril).

Por Luis Fernando Ayerbe**

* Paz e Terra, São Paulo, 2010, 158 p.

Mais do que a influência da Revolução Cubana e outras experiências internacionais como a Revolução Vietnamita, pesa na Colômbia uma trajetória de conflito armado que marca a política desde o século XIX, agravada com a guerra civil desatada por disputas entre o Partido Liberal e o Partido Conservador a partir de 1946, iniciando a década conhecida como *La Violencia*, com saldo de 200.000 mortos.

Paralelamente à trajetória histórica, a peculiar geografia do país contribui tanto para o conflito como para a estabilidade, já que a Colômbia não foi atingida pelo fenômeno do militarismo que assolou boa parte dos seus vizinhos nas décadas da Guerra Fria, mantendo-se a continuidade institucional. Sendo um país com costa para o Pacífico e para o Atlântico e internamente dividido por três cordilheiras, sua geografia comporta marcadas separações regionais e colabora para acentuar fortes diferenças culturais.

Ao mesmo tempo em que o processo de ocupação territorial foi acompanhado de violentas disputas, favoreceu posteriormente a cristalização de um conjunto fragmentado de elites locais que dificulta a concentração do poder em âmbito nacional e contribui para a estabilidade política na gestão do Estado.

A convergência dos aspectos estruturais apontados, junto ao acirramento de disputas políticas nos anos de *La Violencia*, representará o cenário favorável à propagação de conflitos agrários contra as elites locais e a hegemonia nacional concentrada no bipartidarismo Conservador e Liberal. Nesse contexto, o Partido Comunista da Colômbia, como parte da sua estratégia de diversificar as formas de luta, propõe a criação das FARC, organização que desde o início terá no setor rural o núcleo da sua inserção social.

A partir do percurso iniciado nesse momento, Pécaut propõe quatro períodos de evolução das FARC: estagnação entre 1966 e 1980, expansão de 1980 a 1990, ofensiva de 1990 a 2002 e recuo entre 2002 e 2008, que coincide com as duas administrações de Álvaro Uribe.

Ao longo dessas mais de quatro décadas, a análise do percurso das FARC vai além dos aspectos relacionados à situação colombiana, trazendo ingredientes interessantes para a compreensão das mudanças pelas quais passam as relações dos Estados Unidos com a América Latina, a estratégia e a atuação da esquerda latino-americana, a política regional e o perfil dos seus governos.

No caso da política estadunidense, a Colômbia e as FARC passam a ser tema de destaque na agenda de combate ao narcotráfico iniciada na administração Nixon, que nos anos Reagan introduz a associação entre drogas e guerrilha, tornando-se, a partir do fim da Guerra Fria, o principal item em termos de programas e recursos do Departamento de Estado para a América Latina, começando pelo Plano Colômbia acordado entre os presidentes Andrés Pastrana e Bill Clinton, que inicia um processo de cooperação bilateral que se mantém até a atualidade.

Paralelamente à atuação dos cartéis da droga e das FARC, foco da política externa dos Estados Unidos, a projeção dos grupos paramilita-

res que combatem a guerrilha, que tem nas AUC (Autodefesas Unidas da Colômbia), fundadas em 1997, sua principal organização, incorpora um terceiro ator à escalada de violência que passa a atingir em proporções inéditas a população civil.

Neste aspecto, dois temas adquirem relevo como fatores que contribuem para a perda de credibilidade e isolamento das FARC: a crescente propensão da opinião pública a colocar a segurança no primeiro plano das cobranças ao poder público, e as nebulosas relações de antagonismo e simbiose estabelecidas entre os três atores mencionados, em que a lucrativa economia da droga torna-se fonte comum de financiamento.

A política de segurança democrática de Uribe fincará pé nesses dois eixos, com a recuperação do controle pelo Estado do território nacional, numa ofensiva político-militar com mira no *Narcoterrorismo*, classificação que incorpora a luta contra as FARC à agenda de George W. Bush pós-11/09/2001.

A violência que marca a política colombiana destoa da situação na América Latina, impactando também nas posições da esquerda sobre a legitimidade da luta armada.

A queda da União Soviética, fenômeno paralelo à transição para a democracia, consolida uma mudança de estratégia em que o caminho pacífico, dentro da legalidade e com o respeito das instituições, passa a nortear a grande maioria das organizações.

Essa postura se mostra bem-sucedida em diversos países, especialmente na vizinhança da Colômbia, com a ascensão, a partir do final dos anos 1990, dos governos de Hugo Chávez na Venezuela, Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil, Evo Morales na Bolívia e Rafael Correa no Equador.

As referências bolivarianas do processo venezuelano, país de maior proximidade econômica e cultural com a Colômbia, embora estivessem presentes nas FARC desde os seus primórdios, passam a assumir proeminência na orientação política da organização, que transita de uma perspectiva marxista-leninista para uma visão de revolução de caráter nacional próxima à experiência chavista.

Pécaut aponta para o caráter ambíguo da relação entre as FARC e o governo bolivariano, destacando um tema caro à política de combate ao terrorismo que identifica Bush e Uribe: a caracterização das organizações guerrilheiras colombianas. No contexto da mediação atribuída a Chávez entre o governo colombiano e as FARC para a libertação de reféns, o autor remete para declarações do presidente venezuelano em janeiro de 2008 definindo o ELN e as FARC como exércitos que ocupam território e têm um projeto político, o que os tornaria passíveis de reconhecimento pela ONU como parte beligerante. No entanto, conforme mencionamos, os golpes sofridos pela guerrilha no mesmo ano comprometem esse posicionamento.

Ao mesmo tempo em que as FARC se encontram em posição defensiva, vendo o presidente ganhar crescente apoio interno, governos como os do Brasil, Argentina e Bolívia rejeitam a classificação da orga-

nização como força beligerante, e também não adotam a denominação de terrorista atribuída pelo Departamento de Estado.

O livro conclui com uma análise das incertezas enfrentadas pelas FARC como parte do quadro de aceleração da crise esboçada a partir da ascensão de Uribe, destacando também as ambiguidades que marcam a trajetória e vinculações do presidente colombiano, especialmente os escândalos da chamada “parapolítica” de 2009, em que é denunciada a infiltração pelos paramilitares e narcotraficantes nas instituições do Estado e na classe política, tema que alcança forte repercussão dado o momento de plena corrida pela sucessão presidencial.

Como destacamos no início, o livro de Daniel Pécaut tem muitos méritos, colocando numa rica perspectiva analítica diversas dimensões da trajetória das FARC, tanto em relação aos seus impactos na realidade colombiana como a sua presença recorrente na história política latino-americana das últimas décadas.

**** Luis Fernando Ayerbe** é coordenador do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais da Unesp (IEEI-Unesp)